

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --**Questão 31**

São elementos constitutivos essenciais na compreensão do conceito de Estado

- A** território, soberania e administração pública.
- B** povo, território e soberania.
- C** governo, administração pública e soberania.
- D** povo, governo e administração pública.
- E** povo, território e governo.

Questão 32

No que se refere às suas características e natureza jurídica, as autarquias

- I são entidades com fins lucrativos.
- II realizam atividades típicas da administração pública.
- III são órgãos da administração direta.
- IV possuem personalidade jurídica de direito público.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas os itens I e III estão certos.
- B** Apenas os itens I e IV estão certos.
- C** Apenas os itens II e III estão certos.
- D** Apenas os itens II e IV estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

Questão 33

Com relação às distinções entre empresa pública e sociedade de economia mista, assinale a opção correta.

- A** A sociedade de economia mista possui funcionários regidos pela CLT, enquanto a empresa pública possui empregados públicos, que são estatutários.
- B** A empresa pública opera apenas em áreas de interesse social, diferentemente da sociedade de economia mista, que pode operar nas atividades econômicas em geral.
- C** Diferentemente da empresa pública, a sociedade de economia mista não pode ser criada para atuar em áreas de produção de bens.
- D** A sociedade de economia mista é pessoa jurídica de direito privado, o que não ocorre com a empresa pública.
- E** A empresa pública pode ser constituída sob diferentes formas jurídicas, enquanto a sociedade de economia mista é constituída sob a forma de sociedade anônima.

Questão 34

No que concerne a distinções entre cargo público e emprego público, assinale a opção correta.

- A** Emprego público é remunerado exclusivamente por comissão, enquanto cargo público é remunerado exclusivamente por salário fixo.
- B** Em cargo público, a estabilidade é adquirida após três anos de serviço, ao passo que, em emprego público, a estabilidade só é adquirida após cinco anos de serviço.
- C** Cargo público é ocupado por servidores da administração direta, enquanto emprego público é ocupado por trabalhadores da iniciativa privada que desempenham função pública.
- D** Cargo público é uma posição de natureza estatutária, enquanto emprego público é regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).
- E** Emprego público é exclusivo para agentes políticos, enquanto cargo público é acessível a qualquer cidadão mediante concurso.

Questão 35

Configura exemplo de aplicação do poder hierárquico na administração pública

- A** a instituição de novos tributos sem aprovação legislativa, desde que em situação emergencial.
- B** a aplicação de sanções penais a servidores públicos.
- C** a realização de atividades de policiamento ostensivo.
- D** a distribuição de funções dentro da organização administrativa.
- E** o ato de legislar sobre temas específicos sem aprovação do Congresso Nacional.

Questão 36

A principal diferença entre atos vinculados e atos discricionários é a

- A** inexistência de limites legais para atos discricionários.
- B** capacidade de revisão de atos vinculados por qualquer cidadão, independentemente do cargo que ocupe.
- C** necessidade de aprovação judicial para atos discricionários.
- D** liberdade de escolha da administração na prática de atos discricionários.
- E** aplicação de atos vinculados exclusivamente no âmbito do Poder Judiciário.

Questão 37

A permissão de serviço público tem como característica distintiva o fato de ser

- I concedida por tempo indeterminado.
- II intransferível e precária.
- III isenta de fiscalização por parte do Estado.

Assinale a opção correta.

- A** Nenhum item está certo.
- B** Apenas o item I está certo.
- C** Apenas o item II está certo.
- D** Apenas os itens I e III estão certos.
- E** Apenas os itens II e III estão certos.

Questão 38

No que concerne às classificações das constituições quanto à origem, assinale a opção correta.

- A** Constituições rígidas combinam artigos que podem ser alterados por procedimentos legislativos ordinários e artigos que necessitam de um processo mais complexo para sua modificação.
- B** Constituições promulgadas são aquelas impostas pelo poder constituinte sem a participação popular direta, caracterizando-se pela sua origem autoritária.
- C** Constituições pactuadas resultam de uma imposição do setor que tem a maior força política, especialmente em períodos de transição, em que há a negociação de seus termos entre representantes de diferentes segmentos da sociedade.
- D** Constituições cesaristas são elaboradas e outorgadas pelo povo, sendo considerado o primeiro tipo de Constituição democrática.
- E** Constituições outorgadas são aquelas estabelecidas pelo governante sem participação ou consulta prévia à sociedade, refletindo exclusivamente a vontade do poder estabelecido.

Questão 39

O poder constituinte originário

- Ⓐ é exercido exclusivamente pelo Poder Judiciário, no controle de constitucionalidade das leis.
- Ⓑ tem por finalidade a reforma da Constituição, por meio de emendas.
- Ⓒ representa a capacidade de um Estado de submeter-se a uma ordem jurídica internacional.
- Ⓓ refere-se ao poder dos municípios para legislar sobre questões locais, conforme permitido pela Constituição Federal de 1988.
- Ⓔ é o responsável pela criação da Constituição de um país e estabelece a estrutura e o funcionamento do Estado.

Questão 40

Entre os princípios fundamentais estabelecidos pela Constituição Federal de 1988 (CF), assinale a opção que contém o princípio que assegura que todos os indivíduos possuam direitos iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza.

- Ⓐ igualdade
- Ⓑ soberania nacional
- Ⓒ dignidade da pessoa humana
- Ⓓ separação dos poderes
- Ⓔ pluralismo político

Questão 41

Assinale a opção correta, com base nos princípios fundamentais estabelecidos pela CF.

- Ⓐ Autonomia dos estados-membros para se declararem independentes da federação brasileira promove a secessão como direito constitucional.
- Ⓑ O princípio da intervenção máxima do Estado na economia visa garantir o controle estatal sobre todas as atividades econômicas, sem exceções.
- Ⓒ A prioridade absoluta ao desenvolvimento tecnológico sobre os direitos sociais estabelece a inovação como fundamento principal do Estado.
- Ⓓ A prevalência dos direitos humanos como diretriz nas relações internacionais do Brasil reflete o compromisso do país com a dignidade da pessoa humana além de suas fronteiras.
- Ⓔ Universalidade do acesso à Internet como direito fundamental inalienável garante a conexão à rede como um direito básico de todos os cidadãos.

Questão 42

Com base nos direitos e garantias fundamentais previstos na CF, assinale a opção correta.

- Ⓐ O princípio da igualdade previsto na CF assegura que homens e mulheres têm direitos e deveres iguais e não podem existir casos em que ocorra diferenciação.
- Ⓑ A liberdade de expressão permite a manifestação do pensamento sem qualquer restrição, incluindo-se discursos que incitem o ódio e a violência contra grupos minoritários.
- Ⓒ Entre os direitos sociais estão o direito à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à segurança, à previdência social, à proteção à maternidade e à infância, à assistência aos desamparados.
- Ⓓ O direito à propriedade é direito absoluto não podendo lei estabelecer normas que determinem sua função social.
- Ⓔ Os direitos e garantias fundamentais previstos na CF aplicam-se aos brasileiros natos, excluindo-se os naturalizados e os estrangeiros residentes no país.

Questão 43

Assinale a opção correta, acerca dos remédios constitucionais.

- Ⓐ Mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por qualquer pessoa natural, sem necessidade de representação por partido político ou entidade de classe e visa proteger direitos coletivos de forma ampla.
- Ⓑ Mandado de segurança individual é uma ação destinada a evitar abusos cometidos por empresas multinacionais.
- Ⓒ *Habeas corpus* pode ser impetrado quando há ameaça ou violação ao direito de locomoção por ilegalidade ou abuso de poder e é acessível a qualquer pessoa, em seu favor ou de terceiros.
- Ⓓ Mandado de injunção é utilizado para proteger qualquer direito, independentemente da existência de uma norma regulamentadora específica e garante, assim, a máxima efetividade das normas constitucionais.
- Ⓔ *Habeas data* é uma ação destinada exclusivamente a corrigir dados incorretos em empresas privadas.

Questão 44

Na administração pública, um dos princípios estabelecidos pela CF destina-se a garantir que as ações e decisões dos órgãos públicos sejam tomadas com neutralidade, sem favorecimentos ou discriminações por razões de afinidades pessoais, políticas ou ideológicas. Essa descrição refere-se ao princípio da

- Ⓐ publicidade.
- Ⓑ moralidade.
- Ⓒ legalidade.
- Ⓓ impessoalidade.
- Ⓔ eficiência.

Questão 45

De acordo com a Constituição Federal de 1988 (CF), a contribuição para custeio do serviço de iluminação pública

- Ⓐ pode ser instituída pelos municípios e pelo Distrito Federal.
- Ⓑ pode ser instituída pela União em áreas federais e no Distrito Federal.
- Ⓒ tem natureza jurídica de taxa e pode ser instituída pelos municípios.
- Ⓓ pode ser cobrada pelos municípios na fatura do imposto predial e territorial urbano (IPTU).
- Ⓔ tem natureza jurídica de contribuição social.

Questão 46

A competência tributária residual

- Ⓐ pode ser exercida por meio de qualquer espécie tributária.
- Ⓑ é exercida pela União por meio de lei complementar e de forma não cumulativa.
- Ⓒ é exercida pelos municípios no âmbito de sua competência residual local.
- Ⓓ não pode ter a mesma alíquota de outro imposto.
- Ⓔ pode ser exercida mediante lei ordinária ou medida provisória.

Questão 47

Nos termos da Lei Complementar n.º 123/2006, o limite de aferição da classificação de sociedade empresária como microempresa ou empresa de pequeno porte é determinado com base

- Ⓐ no lucro antes dos impostos.
- Ⓑ no lucro líquido.
- Ⓒ na receita bruta.
- Ⓓ na receita líquida.
- Ⓔ no lucro bruto.

Questão 48

Quando o fato gerador de um tributo ocorre no mundo concreto, mas a obrigação tributária dele decorrente, por questão de cálculo, é nula, o não pagamento desse tributo se dá por

- A elisão fiscal.
- B imunidade.
- C alíquota zero.
- D elusão fiscal.
- E isenção.

Questão 49

As limitações ao poder de tributar previstas na CF possuem como característica a possibilidade de serem

- A reguladas por medida provisória.
- B ampliadas por emenda constitucional.
- C exaustivas em seu rol.
- D mitigadas por emenda constitucional.
- E reguladas por lei ordinária.

Questão 50

A hipótese de incidência tributária é

- A fato gerador em concreto.
- B requisito suficiente e necessário a, isoladamente, fazer surgir a obrigação tributária.
- C situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência.
- D requisito facultativo para o surgimento da obrigação tributária.
- E o fato imponível que se amolda à hipótese da lei.

Questão 51

De acordo com a CF, é característica do imposto sobre serviços de qualquer natureza

- A a progressividade em relação à ocupação profissional ou função do contribuinte.
- B a possibilidade de incidir sobre fato gerador do imposto sobre operações relativas a imposto sobre circulação de mercadorias.
- C a fixação de alíquotas mínimas e máximas por resolução do Senado Federal.
- D a competência exclusiva do município para legislar sobre normas gerais relacionadas a esse tributo.
- E a fixação de alíquotas máximas e mínimas por lei complementar.

Questão 52

De acordo com a CF, os empréstimos compulsórios podem

- A prover recursos cuja aplicação não será necessariamente vinculada.
- B ser instituídos por todos os entes federativos.
- C ser instituídos por medida provisória em caso de urgência ou calamidade pública.
- D ser instituídos no caso de guerra externa ou sua iminência.
- E servir para atender a despesas ordinárias de relevante interesse municipal.

Questão 53

No que se refere às disposições gerais dos tributos, assinale a opção correta, à luz do Código Tributário Nacional (CTN).

- A O fato gerador da obrigação tributária é irrelevante para fins de qualificação da espécie tributária.
- B O tributo é prestação voluntária que, necessariamente, deve exprimir um determinado valor em moeda corrente.
- C O CTN, no tocante às espécies tributárias, adotou a teoria pentapartite, estabelecendo serem tributos os impostos, as taxas, as contribuições sociais, os empréstimos compulsórios e as contribuições de melhoria.
- D O tributo é cobrado por meio de atividade plenamente vinculada.
- E A natureza jurídica específica do tributo é definida pela destinação legal do produto de sua arrecadação.

Questão 54

Julgue os itens seguintes, a respeito da Lei Kandir (Lei Complementar n.º 87/1996), que dispõe acerca do imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços (ICMS).

- I O ICMS não incide sobre operações relativas a livros, jornais e periódicos.
- II Somente é considerado contribuinte de ICMS a pessoa física ou jurídica que realize atividade comercial com habitualidade.
- III No caso de importação de mercadoria realizada por empresa que possua mais de um estabelecimento, o local da operação, para fins de cobrança do ICMS, será o estado em que estiver situado o estabelecimento no qual ocorreu a entrada física da mercadoria.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas os itens I e III estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 55

Em relação aos aspectos atinentes ao fato gerador e à cobrança do imposto sobre a transmissão *causa mortis* e doação de quaisquer bens ou direitos (ITCMD), assinale a opção correta, com base na Lei Complementar estadual n.º 373/2020.

- A A renúncia do usufruto em favor de determinada pessoa, desde que esta não seja civilmente incapaz, é fato gerador do ITCMD.
- B O ITCMD não incide sobre a transmissão do montante acumulado em planos de previdência privada — Plano Gerador de Benefício Livre ou Vida Gerador de Benefício Livre — em decorrência de resgate promovido pelos beneficiários por ocasião do falecimento do participante.
- C O ITCMD incide sobre a transferência de bens móveis, a exemplo de obras de arte, decorrentes de herança, ainda que tais bens estejam gravados com cláusula de inalienabilidade.
- D A desistência da herança, quando acompanhada da indicação de beneficiário, não enseja a incidência do ITCMD.
- E A incidência do ITCMD, nos casos de transferência de propriedade decorrente de sucessão legítima, está condicionada à prévia instauração de inventário.

Questão 56

Com relação à Lei Complementar estadual n.º 55/1997, que dispõe sobre o ICMS no âmbito do estado do Acre, assinale a opção correta.

- Ⓐ No caso de o contribuinte ser titular de mais de um estabelecimento, somente responderá pelos créditos tributários de ICMS do estabelecimento principal.
- Ⓑ No caso de operação de importação, as despesas aduaneiras relativas ao desembaraço da mercadoria compõem a base de cálculo do ICMS.
- Ⓒ Tem relevância, para fins de definição do fato gerador do ICMS, o título que comprove que a mercadoria esteja na posse do respectivo titular.
- Ⓓ A aquisição de mercadorias destinadas ao ativo permanente da empresa não dá direito ao creditamento de ICMS.
- Ⓔ A referida lei não adotou a técnica da seletividade, tendo previsto alíquotas lineares para todos os bens e mercadorias.

Questão 57

De acordo com a Lei Complementar estadual n.º 413/2022, julgue os itens seguintes, no que se refere ao auto de infração.

- I A lavratura do auto de infração e a notificação eletrônica são de competência privativa dos auditores fiscais da receita estadual lotados e em exercício na Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ/AC).
- II O auto de infração pode veicular mais de uma infração, desde que verificadas na mesma diligência de fiscalização.
- III O erro na identificação do sujeito passivo no auto de infração acarretará a nulidade da ação fiscal, exceto se houver mais de um autuado e pelo menos um deles estiver corretamente identificado.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item I está certo.
- Ⓑ Apenas o item II está certo.
- Ⓒ Apenas os itens I e III estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

Questão 58

A respeito do imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA), assinale a opção correta, considerando a Lei Complementar estadual n.º 114/2002.

- Ⓐ A arrecadação do IPVA é de competência do Departamento Estadual de Trânsito do Acre (DETRAN/AC).
- Ⓑ Não incide IPVA sobre a propriedade de veículo automotor novo destinado a revenda que componha o estoque do estabelecimento comercial registrado para essa finalidade.
- Ⓒ Para fins de cobrança do IPVA, o veículo automotor corresponde exclusivamente ao veículo automotor terrestre.
- Ⓓ O não recolhimento do IPVA autoriza a retenção ou o recolhimento do veículo.
- Ⓔ A propriedade de máquinas de emprego na construção civil não é isenta do pagamento de IPVA no âmbito do estado do Acre.

Questão 59

A respeito do processo administrativo tributário, considerando a Lei Complementar estadual n.º 413/2022, assinale a opção correta.

- Ⓐ Não é cabível pedido de reconsideração da decisão administrativa de primeira instância que julgue improcedente a reclamação apresentada pelo contribuinte, sendo cabível apenas recurso voluntário que, assim como o recurso de ofício, possui efeito suspensivo.
- Ⓑ Caso a defesa apresente reclamação para questionar o lançamento tributário, a prova documental deve ser apresentada no momento da impugnação, não sendo admitida, em nenhuma hipótese, a juntada posterior de documentos.
- Ⓒ A deflagração do processo administrativo tributário está condicionado à apresentação de garantia e ao pagamento de taxa de serviços estaduais.
- Ⓓ O processo administrativo sumário aplica-se apenas para a correção de erro material de fácil constatação cometido pelo fisco, no âmbito de lançamento tributário ou de auto de infração.
- Ⓔ No âmbito do processo administrativo tributário, os órgãos julgadores somente podem afastar a aplicação de determinada lei se esta houver sido declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em sede de controle concentrado ou em sede de controle difuso, desde que, neste último caso, a decisão seja suspensa por resolução do Senado Federal.

Questão 60

A respeito do tratamento tributário relativo às taxas do Poder Executivo estadual, considerando a Lei Complementar estadual n.º 376/2020, julgue os itens seguintes.

- I A taxa de serviços estaduais não incide sobre a inscrição de candidato em concursos públicos de seleção de pessoal para provimentos de cargos públicos estaduais.
- II No caso de taxa decorrente do exercício do poder de polícia por órgão estadual, podem ser contribuintes tanto pessoas físicas como pessoas jurídicas.
- III É vedada a cobrança de taxa de serviço no caso de reimpressão da carteira de identidade.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item II está certo.
- Ⓑ Apenas o item III está certo.
- Ⓒ Apenas os itens I e II estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens I e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.